



Universidades Lusíada

Gonçalves, Jorge Manuel, 1964-

Globalizar para reinar, fragmentar para resistir : o caso do espaço metropolitano

<http://hdl.handle.net/11067/4967>

Metadados

Data de Publicação

2002

Resumo

Os tempos do pós (pós-moderno, pós-industrial, pós-fordista, ...) não são propícios a grandes balanços finais até porque, neste momento não sabemos ainda se, de facto, serão finais, dada a incerteza que rodeia a nossa realidade. Aliás, a única certeza que temos é a da própria incerteza que é a marca omnipresente dos contextos de mudança. E ela está tão activa que afecta até o próprio termo de globalização já que há quem não veja mais que uma renovada mundialização, pois a língua inglesa sempre f...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:18:01Z com informação proveniente do Repositório

GLOBALIZAR PARA REINAR - FRAGMENTAR PARA RESISTIR: O CASO DO ESPAÇO METROPOLITANO

JORGE GONÇALVES

A *globalização e a Cidade: as faces visíveis da reorganização física*

Os tempos do pós (pós-moderno, pós-industrial, pós-fordista, ...) não são propícios a grandes balanços finais até porque, neste momento não sabemos ainda se, de facto, serão finais, dada a incerteza que rodeia a nossa realidade. Aliás, a única certeza que temos é a da própria incerteza que é a marca omnipresente dos contextos de mudança. E ela está tão activa que afecta até o próprio termo de globalização já que há quem não veja mais que uma renovada mundialização, pois a língua inglesa sempre foi avessa à palavra francófona *mondialisation*. Mas aqui temos algumas dúvidas já que a mundialização fez o seu percurso num tempo em que o planeta estava dividido em dois blocos político-económicos (Bloco de Leste e Bloco Ocidental) e que qualquer tentativa de alargar os territórios económicos ou culturais esbarrava sempre em fronteiras intransponíveis.

A instabilidade nos conceitos pode continuar a ser descrita quando se observa que o termo globalização é, sobretudo, adoptado para tratar as questões económicas e financeiras sendo substituída por pós-modernidade quando o assunto remete para matérias culturais, individuais ou sociais. Pode assim concluir-se que o pós-moderno é a face sociocultural da globalização.

Para proceder à transferência destas preocupações para a Cidade é ainda interessante referir que, com esta globalização, nasce um verdadeiro movimento simétrico anti-globalização que, curiosamente, parece ser mais global e consensual que o original, pois surgem epicentros em todo o globo e até nos países centrais da globalização.

O espaço urbano balança entre tantas indefinições a que se junta um património histórico que tem de ser gerido num intenso contexto de mudança económico e cultural. O resultado está à vista nos territórios metropolitanos em que a oposição entre a cidade modernista e a cidade pós-moderna se aprofunda e alarga a diferentes níveis da realidade. Seguem alguns exemplos:

· *Lógica centro-periferia versus lógica fragmentada*

Após o hipercentro (CBD) metropolitano ter determinado durante décadas que a cada cidade ou metrópole deveria corresponder um centro e até uma periferia para onde seriam remetidas as comunidades e actividades menos competitivas agora, por via da multiplicação de novas acessibilidades físicas e imateriais, surge a possibilidade de construir uma estrutura urbana policêntrica suportada pela matriz emergente de novos canais de comunicação. A grande vantagem desta mudança é a de, pela primeira vez, apresentar uma oportunidade de sobrevivência dos próprios espaços metropolitanos que tinham registado um amadurecimento precoce (caso da AML), o qual, com cerca de 30 anos e 3 milhões de habitantes, apresentava sinais de ruptura no sistema de transportes, no modelo social, no tecido económico, etc. Estas novas centralidades conferem à metrópole, pela sua novidade e até capacidade de gerar significativos movimentos centrípetos, uma imagem de fragmentação e desorganização, que contudo, se deve entender apenas como aparente.

· *Lógica monofuncional versus lógica da polivalência territorial*

O movimento CIAM e as orientações da Carta de Atenas introduziram inovações na organização urbana, importantes num momento de algum desnorte e de perda de controle, no sentido de lhe conferir maior racionalidade seguindo para isso os princípios de funcionamento de uma fábrica, com os seus espaços especializados. Surgem as vastas áreas residenciais, os espaços industriais, as vias de grande débito e os locais de lazer e recreio. Os primeiros sinais de degradação deste modelo surgem com a desindustrialização, fenómeno típico da globalização, gerando uma imagem repulsiva e negativa para a metrópole. As áreas comerciais vazias à noite e os espaços residenciais longe das bacias de emprego, subequipados e sem identidade, foram outros

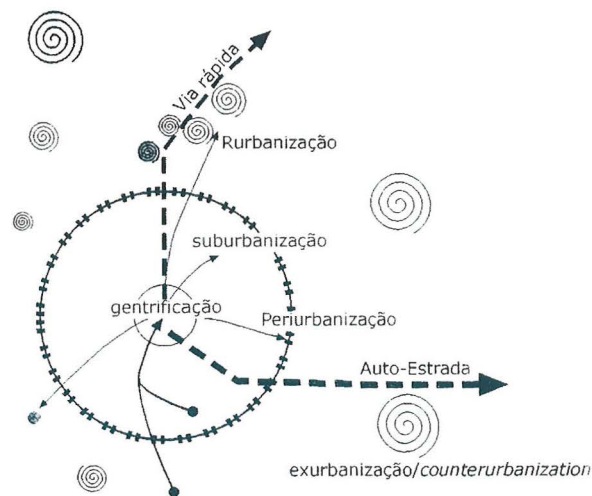


Fig. 1 - Mobilidade residencial centrípeta e centrífuga em ambiente metropolitano

sinais que apelavam à mudança. Os novos espaços que emergiram na pós-modernidade urbana tentavam resistir a esta lógica ao incorporarem diversas funções (habitação, escritórios e espaços de consumo) embora a sede de fugir à monoespecialização os tivesse conduzido, em algumas situações, ao acumular de um conjunto excessivo de funções o que, obviamente, se traduziu em espaços de difícil gestão.

· Lógica da distância geográfica *versus* distância social

A conjugação das transformações operadas em ambiente metropolitano como a renovação e a intensificação da rede de acessibilidades e a desindustrialização, estimulou o surgimento de novas estratégias locativas que desmontou o sistema funcionalista de distribuição espacial de grupos sociais e económicos. É assim possível encontrar em plena Cidade sinais da presença de actividades desqualificadas ao lado de condomínios fechados ou de parques de escritórios e de grupos social desfavorecidos enquanto que na periferia surgem parques de ciência e tecnologia e universidade incrustados em áreas problemáticas na perspectiva social e urbanística. A geografia perde terreno para outras formas de afirmação da diferença entre os usos em presença, que tanto poderão ser muros, segurança 24 horas, dispositivos de vigilância electrónica ou apenas formas subliminares de condicionamento de uso.

Polarização socioeconómica no contexto metropolitano: o caso da AML

Esta aparente desordem urbana introduzida pela multiplicação das novas centralidades tem uma clara correspondência no universo social e da mobilidade residencial. A pós-modernidade veio dar uma dimensão mais profunda e complexa à subjectividade (individualização) subtraindo-a às tradicionais lógicas da família, do emprego e do trabalho. A fragmentação familiar seguida algumas vezes de recombinação de elementos antes separados ou ainda solteiros, a intensa mobilidade profissional decorrente do jogo da procura e da oferta e as sucessivas mudanças residenciais têm uma forte componente urbana. Utilizemos como exemplo a mobilidade residencial onde a ideia inicial de centro periferia foi sendo substituída por uma realidade bastante mais complexa onde se cruzam movimentos centrífugos face ao centro metropolitano com movimentos centrípetos (cf. Fig. 1).

Quanto aos primeiros são a justificação para o decréscimo de mais de 250 mil habitantes desde 1981 na cidade de Lisboa e que, na sua generalidade, se transferiram para os concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa. À convencional suburbanização, juntam-se agora movimentos como a:

- **periurbanização** (áreas próximas de tecidos urbanos consolidados mas que pela sua juventude ainda se apresentam encravados em meios naturalizados ou ruralizados como Alcochete, Sobral Monte Agraço, Cadaval ou Sesimbra. Podem assumir-se como urbanizações convencionais ou mesmo condomínio privados para segmentos sociais médio-alto);
- **rurbanização** (chegada de uma população que, aproveitando as novas acessibilidades, procura reviver o mito do campo, da natureza e do genuíno e que por isso procura fixar-se na aldeia através da reabilitação de casas ou da construção de raiz. O exemplo mais óbvio centra-se no eixo de Torres Vedras);
- **Exurbanização** (ainda sobre a recente rede de acessibilidades surge uma tendência pouco expressiva mas já significativa que regista a fixação de indivíduos em contextos urbanos de pequena e média dimensão fora da AML, cujos exemplos poderão ser Montemor-o-Novo ou Caldas da Rainha. Os reduzidos tempos de percurso para Lisboa, a eventual desnecessidade de deslocação quotidiana e o domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação podem ser também estímulos para este tipo de mobilidade residencial).

Nos movimentos centrípetos sublinha-se o da gentrificação que, no essencial, remete para a ideia de retorno ao Centro embora com alguns custos urbanísticos e sociais. A cidade central sofre actualmente uma pressão de múltiplas faces que resulta também da diferenciação dos grupos sociais que a compõem: jovens para os bairros históricos como a Bica ou Alfama; indivíduos e famílias maduras do segmento elevado para os condomínios novos e (alguns) privados e, do segmento médio, para o mercado de 2ª mão. A principal questão é o conflito que surge entre comunidades indígenas e exógenas, com grande diferenças socioculturais e no campo urbanístico em que a paisagem se vai transformando no sentido ou da plastificação (manutenção da imagem tradicional) ou

da extrema estetização, correspondendo a rupturas muitas vezes difíceis de assimilar pelos utilizadores tradicionais da Cidade.

23 de Abril de 2002